

Acabámos com a Discriminação

Finalmente ADSE para TODOS

O Decreto-Lei n. 4/2021 publicado a 08.01.2021 veio finalmente fazer justiça aos milhares de trabalhadores da Administração Pública impossibilitados de aceder ao sistema de protecção na Doença da ADSE, terminando de vez com a escandalosa discriminação permitida pela anterior legislação agora alterada.

A partir de agora ficou garantido o direito de opção a todos os trabalhadores que pretendam ser beneficiários da ADSE.

QUEM TEM DIREITO

- Todos os trabalhadores com relação jurídica de emprego público: **Nomeação e Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (RCTFP)**;
- Todos os Trabalhadores com **Contrato Individual de Trabalho Sem Termo (CIT)** que desempenhem funções em Instituições de natureza jurídica pública, incluindo as Entidades Públicas Empresariais do SNS; Universidades e Fundações, entre outras.
- Todos os trabalhadores com **Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo (RCTFP a Termo)**, e com **Contrato Individual de Trabalho a Termo (CIT a Termo)**, que desempenhem funções na Administração Pública e em Instituições de Natureza Jurídica Pública incluindo as Entidades Públicas Empresariais do SNS; Universidades e Fundações, entre outras.

COMO SE PROCESSA A INSCRIÇÃO

- 1 - Novos Trabalhadores com Contratos por Tempo Indeterminado / Sem Termo**
Para os novos contratos com vínculo de efectivo, RCTFP ou CIT é o próprio serviço que inscreve o trabalhador no prazo de um mês a contar da data do primeiro contrato de efectivo.
- 2 - Novos Trabalhadores com Contratos a Termo**
Para os novos contratos a termo, RCTFP ou CIT deve o trabalhador efectuar a sua inscrição mediante requerimento junto do seu serviço processador de salários **no prazo de 3 meses** a contar da data de celebração do contrato incluindo eventuais renovações.
- 3 - Actuais Trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho (Efectivos e a Termo)**
Os trabalhadores que estejam a exercer funções em Instituições de natureza jurídica pública, nomeadamente as Entidades Públicas Empresariais (ex: Hospitais EPE; Institutos EP; etc.) e as Instituições Superiores de Ensino Públicas, entre outras, devem requerer junto do seu serviço a sua inscrição no **prazo de seis meses** a contar de 09/01/2021, data de entrada em vigor do Decreto-Lei 4/2021.

QUEM CONTINUA A NÃO TER DIREITO

- Quem tenha renunciado, anteriormente, à qualidade de beneficiário da ADSE.
- Quem, partir da data de publicação do Decreto-Lei 4/2021 de 08/01/2021, renuncie à qualidade de beneficiário, podendo fazê-lo em qualquer altura.
- Os novos contratados com Contratos a Termo (RCTFP ou CIT) que no prazo de 3 meses a contar da data de celebração do contrato não requeiram a inscrição junto do seu serviço.
- Os actuais trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho (a Termo e Efectivos) que no prazo de 6 meses a contar de 09.01.2021 não requeiram a inscrição junto do seu serviço.

A LUTA DÁ RESULTADOS. ESTÁ NA TUA MÃO! DIVULGA



**+ informado
e defendido**

SINDICALIZA

**+ benefícios
e apoio aos sócios**

**JUNTOS SOMOS
MAIS FORTES**

Documento n.º 4
Janeiro/2021 – Geral

desde 1976 nos serviços públicos e no sector social